**PROGRAMA NACIONAL DO MATERIAL E DO LIVRO DIDÁTICO EM CONTEXTO ESCOLAR**

Joana D’arc dos Santos

Aluna do Curso de Pedagogia

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Joanadarc359@hotmail.com

**Resumo:** Esse trabalho parte do seguinte questionamento: Como o Programa Nacional do Material e do Livro Didático (PNLD) se materializa na realidade escolar? Compreendendo que, dentro do cenário socioeconômico brasileiro, esse programa passou por significativas mudanças até se constituir como política educacional de particular importância para as escolas públicas, sendo assim, buscamos apresentar uma síntese da realidade escolar ancorada pela ênfase nas políticas públicas como forma de traçarmos um paralelo entre o que estabelece os documentos oficiais que norteiam a educação e as demandas reais da escola. Nesse sentido, apresentamos algumas reflexões sobre o cenário da política educacional brasileira na rede pública de ensino, em diálogo com os autores Giorge, Höfling, Souza e Gouveia e disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Como estratégia de pesquisa optou-se por utilizar o método etnográfico como forma de detalharmos a rotina de trabalho com o material didático pelos professores, somando-se a aplicação de questionários para maiores coleta de dados sobre a realidade de uma escola pública da rede estadual de ensino, do Município de Acari-RN. Como resultados, verificamos que mesmo com os avanços o PNLD tem problemas tão desafiadores quanto urgentes para serem enfrentados no espaço escolar, tais como: número insuficiente de exemplares, não comtempla todas as disciplinas do currículo escolar, inadequação contextual e distanciamento da realidade do aluno.

**Palavras- Chave: Política Pública. PNLD. Contexto Escolar.**

**Abstract:** This work is based on the following question: How does the National Material and Textbook Program (PNLD) materialize in the school reality? Understanding that, within the Brazilian socioeconomic scenario, this program underwent significant changes until it became an educational policy of particular importance for public schools, and we seek to present a synthesis of the school reality anchored by the emphasis on public policies as a way of drawing a parallel between what establishes the official documents that guide education and the real demands of the school. In this sense, we present some reflections on the scenario of Brazilian educational policy in the public school system, in dialogue with the authors Giorge, Höfling, Souza and Gouveia and provisions of the Law of Guidelines and Bases of National Education. As a research strategy, we chose to use the ethnographic method as a way of detailing the routine of work with the teaching material by teachers, adding the application of questionnaires for greater data collection on the reality of a public school of the state network of the municipality of Acari-RN. As a result, we found that even with advances, the PNLD has problems that are as challenging as they are urgent to be faced in school space, such as: insufficient number of copies, does not contemplate all disciplines of the school curriculum, contextual inadequacy and distance from the reality of the student.

.

**Key-Words:** Public Policy. PNLD. School Context.

**1 INTRODUÇÃO**

A clara relação entre educação e políticas públicas, assegurada por um projeto social que hora nos parece claro, hora bastante obscuro, nos leva a questionar como as ações pensadas dentro desse projeto chegam e como são efetivadas nas escolas públicas brasileiras, considerando suas realidades e o pensamento de unilateralidade adotado nas políticas governamentais. Nessa direção, buscamos apresentar uma síntese da realidade escolar ancorada pela ênfase nas políticas públicas, em uma tentativa de responder a seguinte questão: Como o Programa Nacional do Material e do Livro Didático (PNLD) se materializa na realidade escolar? E, embora, essa seja uma temática bastante discutida, nos parece indispensável continuarmos a refletir como forma de ampliar os olhares e as informações sobre as ações que chegam à escola, no sentido de analisarmos se atendem as demandas escolares e os objetivos que se propõem alcançar.

Nesse sentido, partindo de observações e aplicação de entrevistas, a presente pesquisa é fruto das inquietações surgidas durante as discursões realizadas dentro da disciplina Políticas e organização da Educação no Brasil no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, tendo como lócus a Escola Estadual Prof.ª Iracema Brandão de Araújo, localizada na Rua Silvino Bezerra Filho, 640, no Bairro PE. José Dantas Cortez, em Acari - RN. Atualmente, esta escola atende 296 alunos no Ensino Médio regular e na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), com uma equipe de 42 funcionários, entre gestores, coordenador administrativo, supervisores escolares, assistentes de alunos com necessidades especiais e docentes.

**2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Criado pelo governo federal em 1985, o Programa Nacional do Material e do Livro Didático, doravante PNLD, tem como principal característica a distribuição gratuita de livros didáticos para alunos das escolas públicas, com livre participação de editoras nacionais e de professores das diversas áreas do conhecimento, cabendo a este a responsabilidade de escolher a coleção a ser utilizada durante um determinado período em sua respectiva área e escola. Contudo, parece-nos importante pontuarmos alguns aspectos para maiores esclarecimentos acerca desse programa.

Segundo Giorge (2014, apud Brasil 2012, P.5) o decreto 91.542, de 19 de agosto de 1985, traz os seguintes critérios para o PNLD:

Indicação do livro didático pelos professores; Reutilização do livro, implicando a abolição do livro descartável e o aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, visando maior durabilidade e possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos; Extensão da oferta aos alunos de 1ª e 2ª série das escolas públicas e comunitárias e o fim da participação financeira dos estados, passando o controle do processo decisório para a FAE e garantindo o critério de escolha do livro pelos professores (BRASIL, 2012).

A partir desse decreto podemos perceber que o PNLD começa a deixa de ser uma política de governos para se tornar uma política de Estado em atendimento às demandas educacionais, capaz de oferecer a estudantes e professores da escola pública suportes que os auxiliam em suas práticas e uma trajetória para o processo de ensino e aprendizagem em atendimento, por exemplo, as especificidades de cada etapa do ensino. Por outro lado, essa política e as ações que são pensadas refletem o projeto social do nosso país em meio às transformações administrativa e econômica, no qual o estado passa para a responsabilidade do professor a escolha não apenas do livro didático, mas a direção e progressão da aprendizagem.

Nesse sentido, apesar do estado estabelecer uma política destinada ao oferecimento de suportes didáticos e pedagógicos, uma vez que, segundo Souza e Gouveia (2010, p. 24) do “ponto de vista da qualidade e dos resultados escolares, cabe ao poder público assegurar insumos mínimos necessários ao trabalho escolar e assegurar processos de avaliação”, a inconstância administrativa e a priorização dos aspectos financeiros faz com que o PNLD fique vulnerável diante políticas econômicas adotadas, passando a absorvê-las e refleti-las. O que gera impactos violentos dentro do espaço escolar, pois, segundo RIVAS (1991, apud Souza e Gouveia 2010, p.15), o “Estado abandona seu papel de benfeitor, compensador e articulador dos interesses sociais mais amplos, passando a favorecer àqueles dos grupos vinculados ao setor moderno da economia”.

Por outro lado, a Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996 ou Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional fixa no artigo 4º inciso VIII que *o atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde* (Grifos nosso), com isso há uma clara determinação do papel do estado em ofertar as condições necessárias para o desenvolvimento significativo do processo de ensino e aprendizagem em todos os níveis e modalidades da educação básica. E essas condições não podem ser ofertadas de maneira parcial, à medida que se apresenta como um direito instituído ao indivíduo em processo de escolarização na rede pública de ensino.

Desta forma, esse cenário contraditório que se instaura entre o que é determinado na legislação e o que efetivamente faz o estado, em conjunto com as ineficientes políticas de distribuição de material de apoio às práticas educativas gera um sentimento negativo em torno do PNLD, associado principalmente à ausência e a qualidade do material, mesmo que este procure atuar como um mecanismo de combate à baixa qualidade do material que chega às escolas brasileiras ao estabelecer processos avaliativos desses materiais, por exemplo. Assim, em se tratando de programas e políticas educacionais, HÖFLING destaca que:

Enquanto não se ampliar efetivamente a participação dos envolvidos nas esferas de decisão, de planejamento, e de execução da política educacional, estaremos alcançando índices positivos quanto à avaliação dos resultados de programas da política educacional, mas não quanto à avaliação da política da educação. (HÖFLING, 2001, p.39).

Segundo os dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o PNLD em 2017 atendeu em todo território, no ensino fundamental e médio, um total de 117.690 escolas, 29.416.511 alunos, distribuindo 152.351.763 exemplares com um investimento de 1.295.910.769,73. Isso significa que milhares de estudantes por meio da ação colaborativa tiveram acesso aos materiais disponibilizados pelo PNLD que, em muitos casos, oferecem múltiplas fontes, relacionam conteúdos e disciplinas às vivências cotidianas e acompanham as demandas pedagógicas da sociedade. Dessa forma, ao analisarmos esses números podemos a princípio achar que essa é uma politica que atende as demandas da escola pelo menos em quantidade, contudo infelizmente essa não é uma verdade quando entramos no chão da escola.

Entretanto, é importante destacar que essa política trouxe para a escola mudanças positiva, pois à medida que esse programa adquiriu maior abrangência tornou-se uma importante política de inclusão educacional, garantindo aos alunos e professores da rede pública de ensino o acesso a vários suportes de mediação no processo de ensino e aprendizagem nas diferentes áreas que constituem o currículo da Educação Básica. E atualmente, em muitas realidades esta se constitui como única fonte de material impresso para professores e alunos da rede pública de ensino.

**3 Programa Nacional do Material e do Livro Didático na Escola**

A partir da relação que se estabelece entre os objetivos do PNLD e seu principal objeto de atuação na escola somos inevitavelmente levados a entrar no cotidiano escolar. Durante uma semana, no período de 28 de maio a 1º de junho acompanhamos alunos e professores, sem interferência em suas atividades diárias, e por último aplicamos um questionário junto ao vice-diretor e a coordenadora pedagógica da Escola Estadual Prof.ª Iracema Brandão de Araújo, no município de Acari/RN, que serão identificados ao longo de nossas reflexões como **A** e **B**.

Inicialmente, em nossas observações constatamos que a referida escola, além do acesso ao PNLD, é assistida pelo Programa Caminho da Escola e pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola. E, no que concerne ao PNLD observamos que a escola possui na biblioteca um acervo bem variado entre obras literárias e de suportes a alunos e professores, assim como os alunos possuem acesso ao material didático que ficam em estantes na própria sala de aula. Nessa direção, ao questionarmos **A** e **B** sobre quais categorias do PNLD a escola tem acesso, eles afirmam que a escola recebe material didático, literário e pedagógico. Nesse contexto, nos chamou atenção o fato que em nossas observações verificamos que o componente curricular Educação Física tem suas atividades dividida entre a sala de aula e um espaço para a prática de esportes, porém nas atividades de sala de aula o professor, assim como os alunos, não tem acesso ao material específico que o auxilie nas discursões teóricas, tendo que usar anotações ou apostilas.

Segundo os dados disponibilizados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o PNLD em 2017 distribuiu um total de 152.351.763 exemplares, porém embora forneça livros didáticos para a grande maioria das disciplinas ainda não consegue atender a todas as áreas do currículo escolar no Ensino Médio, demonstrando que mesmo com números impressionantes e sucessivas mudanças o PNLD precisa passar por uma reestruturação para o atendimento de áreas tão importante quanto Português e Matemática, até mesmo como forma de diminuir a visão errônea de que ao aluno da educação básica não se deva oportunizar uma formação ampla. E, é essa necessidade de reestruturação que vem a ser reforçada quando questionamos sobre que aspecto do PNLD deveria melhorar e **A** dá a seguinte resposta: “Sim. A escolha de livros para a EJA, pois faz 2 anos que o livro dessa modalidade venceu, e não houve renovação”. Enquanto que, **B** para esse mesmo questionamento abre espaços para reflexões ainda mais amplas, porém não menos importante, sem deixar de pontuar a deficiência do PNLD quanto ao atendimento de todas as áreas e modalidades. Vejamos,

**B**- Que seja feito em vista a realidade de cada região, haja vista se basearem mais na região sudeste. Que algumas disciplinas como filosofia, Sociologia, arte tenham conteúdos ou livros para cada série. Textos não tão extensos e atividades mais objetivas.

Como podemos perceber, **A** e **B** deixam claro que apesar dos números apresentados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação há um déficit na quantidade dos livros disponibilizados para escolas e alunos e em casos específicos sua atuação é ineficiente ou se quer existe, pois não consegue atender em seus ciclos de distribuição todas as modalidades do ensino ou atender todas as disciplinas do currículo escolar. E essa realidade é vencida com estratégias de trabalhar o mesmo conteúdo em todas as séries ou dividir os conteúdos, por exemplo, do livro de Filosofia ou Sociologia em blocos, dessa forma se o livro for composto de sete unidades, divide-se essas unidades de conteúdos entre o 1º, 2º e 3º do ensino médio. Isso significa que o aluno deixa de ter contato progressivo com os conteúdos, já que o professor precisa frear a aprendizagem em função dos bimestres seguintes.

Outro aspecto que nos chamou atenção no discurso de **B** é a clara indicação de que o livro didático que chega a escola não apresenta uma proximidade com a realidade sociocultural da região, nesse sentido, entendemos que o atendimento de uma única realidade caminha para uma falsa hegemonia da sociedade brasileira que nega a identidade não apenas do indivíduo, mas do sujeito social. Em outras palavras, essa falta de adequação a realidade social faz com que o aluno e até o professor passem a não se reconhecer e refletir sobre sua própria realidade dentro do processo de ensino e aprendizagem. Por outro lado, isso nos leva a questionar o modelo de avaliação adotado pelo PNLD à medida que ela se mostra ineficiente para atender a demanda de disciplinas que devem ser vista pelo aluno da educação básica e a diversidade na qual a escola está inserida.

Nesse sentido, o livro didático apesar de se constituir como um projeto externo precisa dialogar com os caminhos traçados pelas escolas para que possa vim a somar em seus projetos de ensino, dessa forma o PNLD precisa adotar uma política de descentralização no que se refere aos critérios adotados em sua avaliação e distribuição, para que possa atuar efetivamente em parceria com as escolas independentemente da sua localização geográfica. Isso porque, hoje dentro da realidade educacional o PNLD se transformou em uma política indispensável para a prática educativa e até de inserção social. Nessa perspectiva, nossos entrevistados apontam que esse programa contribui com:

1. Mais opções de livros para os alunos, suportes pra o professor utilizar em sala de aula como recurso didático ou paradidático. Considero que o livro didático é muito importante que concerne o auxilio na prática docente.
2. Facilita os alunos no acompanhamento dos conteúdos, orienta a condução da aula pelo professor, e como recurso é um dos vários recursos que pode orientar o desempenho da aula. É uma ferramenta muito importante...

Claramente esses discursos mostram que, embora haja aspectos que devem ser reconsiderados dentro do PNLD, sua contribuição para o desenvolvimento das práticas educativas é inegável, tendo em vista os subsídios que fornece a professores e aluno em função de uma aprendizagem mais significativa e abrangente. E, é justamente essa importância do livro didático, em consequência do próprio PNLD, que torna necessário um olhar reflexivo sobre sua materialização na escola. Pois, é a partir do reconhecimento dessa materialização que políticas e ações voltadas à educação brasileira podem ser organizadas e reestruturadas, tendo em vista a escola enquanto espaço de realidades múltiplas.

Em resumo podemos elencar as seguintes problemáticas desse programa:

1. Falta de renovação do material;
2. Número insuficiente;
3. Não atende a realidade do aluno e da escola:
4. Não atende a todas as disciplinas e modalidades de ensino;

Embora, essas problemáticas observadas já tenham sido pontuadas inúmeras vezes e se tenha buscado implementar ações para solucioná-las, essa política ainda não conseguiu superar problemas que se arrastam desde o inicio de sua organização para que possa em atendimento as demandas da escola. É evidente que acesso ao PNLD não assegura a escola, professores e alunos o atendimento de suas necessidades em termos quantitativos e de qualidade para o ensino. Não que estejamos aqui tentando colocar o PNLD como a solução para todos os problemas do ensino brasileiro. O que nos parece interessante pensar é que essa política dentro da realidade educacional brasileira funciona como estruturante da ação pedagógica, sendo assim, superar problemas pontuais torna-se indispensável para o alcance e atendimento de uma educação de qualidade. Isso em parceria com uma nova postura dos profissionais que estão nas salas de aula, na qual a busca por outras fontes faça parte da realidade docente como forma de complementar o material que chega à escola.

**4 Considerações Finais**

As políticas públicas brasileiras destinadas à educação passaram por um longo processo, desde a organização da legislação a efetiva concretização no espaço escolar, e nem sempre essas transformações ou reformulações asseguraram uma educação de qualidade e as mesmas condições de aprendizagem, contudo essas mesmas políticas garantiram que alguns dos problemas pontuais da nossa educação fossem minimizados. Esse, inegavelmente é o caso do Programa Nacional do Material e do Livro Didático que desde a sua implantação passou por significativas reformulações e hoje é uma importante ação do estado para a educação brasileira.

Graças a esse programa muitos alunos e professores da rede pública de ensino tem acesso a suportes que os auxiliam em suas atividades. Também fica evidente a necessidade de adequação quanto à contextualização do material que é entregue as escolas, maior acompanhamento da distribuição, validade do material do aluno, entre outros. Nesse sentido, levantar reflexões sobre essas problemáticas do PNLD no contexto escolar caminha para um ajustamento de suas ações e abre espaço para que a comunidade escolar contribua para as avaliações, participe e acompanhe as ações que gerem esse programa, assim como compreenda melhor seu funcionamento para poder exigir que sejam cumpridas as ações que o estrutura.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. Presidência da Republica. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 1996. 2009.

GIORGI, Cristiano Amaral Garboggini Di. **Uma proposta de aperfeiçoamento do PNLD como política pública:** o livro didático como capital cultural do aluno/família. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n85/v22n85a08.pdf>. Acessado em 2 de maio de 2018 às 14h00min h e 04min.

HÖFLING, Eloisa de Mattos**. ESTADO E POLÍTICAS (PÚBLICAS) SOCIAIS.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf> >. Acessado em 8 de junho de 2018 às 11h00min h e 47min.

Programas do Livro. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index. php/programas/programas-do-livro>. Acessado em 20 de maio de 2018 às 19h e 04min.

SOUZA, Ângelo Ricardo. GOUVEIA, Andréa Barbosa. Políticas Educacionais Atuais. **Políticas da Educação no Brasil**. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010, p. 63-88.